

"A concertação social, em Portugal, é uma fraude"

Fernando Morais está desde a primeira hora na Associação Nacional de Pequenas e Médias Empresas (ANPME). Hoje acumula também funções de vice-presidente da Confederação Europeia das Associações de Pequenas e Médias Empresas. Por estranho que pareça, a ANPME nunca é ouvida na hora de juntar os representantes da concertação social. Porquê? Porque nem sequer são chamados, mesmo sendo a maior associação do país e representar grande parte destes empresários.

Muito crítico em relação ao actual Governo, aponta o dedo à concertação social e ao "branqueamento" da situação por parte do Estado. Consequências? "Tráfego de influência, corrupção, e subsídios delapidados".

O sector da construção civil preocupa-o, assim como a lei do arrendamento totalmente desadequada à realidade do país.

Para além disto, Fernando Morais dedica parte do seu dia a vertentes muito diferentes. À gestão de empresas, às aulas no ensino superior, ginásio, leitura e música. O piano é uma paixão dentro de muitas outras. O agora professor ainda teve tempo para um curso no conservatório. Com tantos ofícios, o tempo deve rarear no quotidiano deste empresário... "não, consigo organizar tudo", ressalva.

Pela primeira vez, em discurso directo, no **Notícias de Gaia...**



É sócio fundador da Associação Nacional de Pequenas e Médias Empresas (ANPME)...

Sim. Este é um projecto muito interessante que se iniciou em 1998. Estava eu numa conferência em Troms [cidade da Noruega], quando recebi uma chamada do professor Êrmani Lopes - tinha sido o meu primeiro orientador de tese - que me convidou para ocupar, conjuntamente com vários pequenos e médios empresários este espaço, que é o espaço das pequenas e médias empresas - que ainda não existia em Portugal e que agora é ocupado por nós.

Não existia nenhum?

Não existia nenhum. Repare: a concertação social, em Portugal, é composta por confederações de empregadores. A confederação de empregadores é

um conjunto de associações de empregadores. A concertação social, em Portugal, é uma fraude. Eu digo-lhe porquê... e daí nasceu o projecto da ANPME... por um lado, as associações que fazem parte da concertação social devem estar registadas no Ministério do Trabalho, o que significa que para estarem registadas têm de ter requisitos próprios e legais, designadamente, uma gestão democrática. É o que diz a lei. Ora, todas as associações de empregadores que fazem parte da concertação social têm de estar registadas, com estes requisitos, no Ministério do Trabalho, sob pena de não poderem ser concertantes. O que quer dizer que, se não podem ser concertantes porque não estão registadas, o que digo é que todas as associações que fazem parte da concertação social, ou a maior parte delas, não estão



Sacos de Tecido

site: www.krisaltex-08.webnode.com
email: geral@krisaltex.com.pt

Rua Valverde, 89
CANDAL
4400-331 VILA NOVA DE GAIA
Telf./Fax: 222 420 579



AUTO RADIADORES E. L. G.

ESPECIALISTAS EM:
FABRICO, REPARAÇÕES E RECONSTRUÇÕES
DE RADIADORES DE QUALQUER TIPO

*** COM RECOLHA E ENTREGA AO DOMICÍLIO ***

R. Fonte Velha, 71 — GULPILHARES — 4405-645 VILA NOVA DE GAIA
Telefs: 22 762 49 91 / 22 753 71 47 Fax: 22 753 14 47

**MANUEL CORREIA
ANTIGUIDADES**

O Maior Coleccionador de
Balanças (do Mundo) e da
Electrocerâmica do Candal



Rua Cândido dos Reis, 416 - 4400-070 V. N. de Gaia * Telf. 22 371 87 76

registadas. Logo, as confederações patronais que só podem admitir associações legalmente registadas no ministério do trabalho estão no falso desempenho das funções. Porquê? Porque estão a usurpar funções. Será a mesma coisa que um advogado, ou um médico, para exercer a actividade quer de advocacia, quer de medicina, quer de engenharia até, não lhe basta tirar o respectivo curso, necessita também estar inscrito na respectiva ordem. Não estando inscrito, o advogado que não está inscrito na ordem está a usurpar funções, o médico que não está registado na ordem não pode exercer medicina, o mesmo acontece em relação às associações empresariais que estão a fazer funções de concertante social, não estando registadas no Ministério de Trabalho, estão a usurpar funções e estão ilegais. Entretanto, o Estado branqueia essa situação. E daí que surgem muitas associações que vivem de subsídios públicos que fazem parcerias com o Estado, que nem sequer registadas estão. E o Estado, designadamente o Governo, este Governo propriamente dito, nem sequer solicita o 'bilhete de identidade' a esta gente. Significa que há tráfego de influência, há corrupção, os subsídios que vêm para a formação profissional são autenticamente delapidados por estas organizações que não concertam nem representam o tecido empresarial. Representam-se a eles próprios. Vivem de habilidades, de falsos incentivos e por isso não é o projecto da ANPME. Nós não temos subsídios públicos, não os queremos, não os desejamos. Queremos ser independentes. Porquê? Porque entendemos que uma associação que vive de subsídios do Estado não está com os requisitos de independência capazes de defender os seus filiados, designadamente, os empresários que pagam quotas todos os meses. É um problema sério que vive em Portugal, mas é um problema que vamos ter de resolver. O nosso projecto vai resolver esse problema porque já temos vários processos a decorrer na Procuradoria Geral da República no sentido de fazer acabar com estas instituições que estão ilegais e que ainda por cima se representam na concertação social como

concertantes e são concertantes ilegais porque não cumprem os requisitos de registo, logo nem sequer personalidade jurídica têm.

Nessa 'fraude' salientou este Governo...

Sim. Este Governo porquê? Porque tem conhecimento. Aliás, já nos passou certidões comprovativas em como essas associações, essas organizações não estão registadas, entretanto insistem e teimam sentarem-se ao lado delas - a quem dão subsídios - e se calhar a troco, justamente, de um sim na concertação social. Todas as políticas estratégicas para o emprego e ao mesmo tempo as leis laborais obrigatoriamente terão de passar pela concertação social. A concertação social, ao abrigo da lei, terá de ser ouvida no aspecto da política laboral e da política estratégica para o emprego. Repare: estas últimas medidas de austeridade, nunca poderiam ter passado na concertação social, se tivéssemos associações independentes e que não vivessem de subsídios públicos!

Só passaram porque as associações em troca de subsídios aprovam...

Acabam por ser vendidas ao próprio Estado! Estão nas mãos do Estado. Elas não são independentes nem representam o tecido empresarial. Precisam dos subsídios para pagar a sua sobrevivência. Por exemplo, a nossa associação está aberta desde as 9h30 até as 23 horas e trabalhamos ao sábado. Temos um grupo de nove advogados, cinco engenheiros, sete arquitectos, oito economistas, três ou quatro contabilistas... significa que trabalhamos para os associados. E vivemos dos associados, não vivemos do Estado! Isto



é uma associação patronal, de empregadores, devidamente registada no Ministério do Trabalho. Neste momento temos 12 mil e 800 associados. Somos a maior associação empresarial do país. Infelizmente, não somos ouvidos para a política do emprego e o processo estratégico do crescimento.

Por que são independentes?

Não é sermos independentes... não fazemos parte da concertação social, porque nem sequer somos chamados para tal. Quem é chamado é quem não tem representatividade no tecido empresarial. E daí que surjam políticas estratégicas para o crescimento e emprego que são uma autêntica falácia e cujos resultados estão bem à vista. Se nós tivéssemos uma classe empresarial forte, teríamos um país também mais forte.

E nós não temos essa classe


empresarial forte?


Não. Temos dois ou três patrões que dominam a concertação social. Um deles até chamam 'o patrão dos patrões', não preciso falar muito nessa confederação. Mas nessa confederação estão filiadas associações que não existem, ilegais. Como são associações ilegais, o Estado já as devia ter extinto, através do Procurador-geral da República (PGR). E o sr. procurador não desconhece essa situação. Nós esperamos, justamente, que o sr. PGR, através de queixas que temos feito, tome medidas.

"Há uma promiscuidade muito grande entre a justiça e a política. Não temos uma justiça independente em Portugal."

Por que é que ele ainda não tomou medidas em relação a essa questão?

Ele nunca terá tomado medidas por

DISTRIBUIDOR DE GÁS
 **Maria Rosa Sousa e Silva**
 r. parque gondarim, 112 – gulpilhares
 4405-811 vn gaia p t. 227 623 792
 trav. cadavão, 162 – vilar do paraíso
 4405-800 vn gaia p telm. 917 563 844



FUNERÁRIA
ST.^a MARINHA

 Funerais | T. 223 756 294
 Translações | F. 223 756 294
 Cremações | M. 917 567 834
 Serviço permanente para todo o país
 R. Cândido dos Reis, 52/54 * 4400-069 Vila Nova de Gaia

30 ANOS
Artconta
 Contabilidade e
 Assistência Fiscal, Lda.

CONTABILIDADE | FISCALIDADE
PROCESSAMENTO DE SALÁRIOS
CONSTITUIÇÃO E LEGALIZAÇÃO
DE SOCIEDADES

Rua Dr. Ferreira Macedo, 10/14 Telefone: 22 375 24 44
 4400-128 Vila Nova de Gaia
 Telefax: 22 375 20 96
 Email: geral@artconta.com



Member of the European
Confederate of Associations
of Small and Medium
Enterprises.



Registada na Comissão
Europeia
como Grupo de Interesse.
Registo nºP 06756891233-90A



Registada no Ministério do
Trabalho
& Segurança, sob o nº
11/2000.
FLS 41 do Livro nºP 3.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS PME

ANPME

ESTATUTOS E REGULAMENTOS

SERVIÇOS

RECRUTAMENTO / CONSULTÓRIO

IMPRESA



Pobreza

ANPME elabora estudo sobre a Pobreza na Região Norte de Portugal para a Comissão Europeia
Consulte já o estudo e efectue download do mesmo

1 2 3

variadíssimas razões... se calhar há efectivamente muito interesse no meio de todo este processo. Há uma promiscuidade muito grande entre a justiça e a política. Não temos uma justiça independente em Portugal. Há uma interferência legal política na justiça, através da Procuradoria-Geral da República. O sr. PGR é escolhido pelo Governo e nomeado pelo Presidente da República.

Esse é um sinal que não há independência?

Não há independência. Mas há outra situação... o provedor de justiça é nomeado pela Assembleia da República (AR). Ainda há pouco tempo assistimos à luta entre dois partidos sobre quem seria nomeado provedor de justiça. Mas ainda temos coisas mais sérias na justiça, e aí é que está o grande mal da nossa justiça, que não é independente relativamente ao poder político como era desejável, o órgão controlador de juizes, que é o conselho superior de magistratura, é nomeado, grande parte dos elementos do conselho, directamente pela AR, o que temos lá varias vezes encontrado muitos advogados nomeados pelos políticos que controlam depois os juizes. Com um grande problema, e esta é a agravante ainda relativamente a este processo, os elementos do conselho superior de magistratura, nomeados pela AR, grande parte deles é advogado e não tem qualquer tabu de continuar a exercer advocacia, sabendo que controlam os juizes. Isto não é possível. Temos de ter justiça completamente independente. Quando temos interferência política na justiça, quer dizer que os políticos controlam a justiça! A justiça deve impor-se pela via natural das coisas. Deve ser independente do Estado.

"Aqui e acolá vemos autarcas que conseguem pela sua influência dentro do partido fazer subir os seus filhos dentro da sociedade política. Aqui e acolá também vemos filhos destes políticos que já estão na AR. Isto não pode ser."

Acredita que a justiça é o 'pilar' mais frágil da nossa sociedade?

Não só. O pilar mais frágil é a falta de democraticidade interna dos nossos partidos políticos. Vem de um jornal de Vila Nova de Gaia... tenho muita simpatia pela cidade de Vila Nova de Gaia porque faço a ponte. Trabalho no Porto e resido para lá da ponte da Arrábida. Gosto imenso da cidade e não deixo de dizer que a cidade cresceu assustadoramente nestes últimos 15 anos. Cresceu, sustentabilizou-se, afirmou-se. E bem-haja a quem o fez. Mas não posso deixar de dizer que o processo oligárquico de determinados partidos políticos que temos em Portugal aponte para que os dirigentes promovam os seus próprios filhos. Aqui e acolá vemos autarcas que conseguem pela sua influência dentro do partido fazer subir os seus filhos dentro da sociedade política. Aqui e acolá também vemos filhos destes políticos que já estão na AR. Isto não pode ser. Temos de combater as oligarquias. Nós estamos bipolarizados, no âmbito político. Também temos de acabar com essa bipolarização porque a nossa democracia enquista nos procedimentos, principalmente nos procedimentos democráticos. Dentro dos partidos políticos não há democracia. Um militante de um partido qualquer que frequenta com assiduidade as reuniões do partido, verifica que muitas vezes ele é apenas um instrumento de 'bate palmas', sem acção nenhuma. Dentro dos partidos existem as chamadas distritais - e sabemos muito bem como funcionam em termos democráticos -, quem manda nas distritais são aqueles que depois escolhem os políticos para a assembleia, autarquias, etc. quem manda nas distritais manda também nos conselhos nacionais. Quem manda nos conselhos também manda nos congressos. Quer dizer que o mal está na base. O mal da nossa democracia esta efectivamente na base. Não temos uma democracia. Temos uma oligarquia partidária!

Acredita que a curto prazo pode mudar?

Muda... Taffler, um sociólogo do século XX, dizia que muitos fenómenos sociológicos acabam por eclodir pela saturação. Este modelo está saturado, está gasto. Arcaico. Há forma de o mudar através do próprio tempo - a forma mais penosa - ou pela própria iniciativa do povo, através de revoluções e elas já começaram a surgir.

Está a falar da manifestação que houve há alguns dias [12 de Março]?

Estou a falar dessa manifestação, que não foi partidária. Há-de reparar que não foi manifestação partidária. A dada altura, digamos, sociologicamente, o povo também tem o direito de se manifestar. Manifesta-se de varias maneiras. Ou aproveitando uma manifestação política, em que engrossa a situação, ou emerge de situação completamente ocasional. Foi o que ocorreu. Todas as pessoas que estão 'à rasca' neste país, não estiveram representados, mas a vontade era estar. Eu próprio, graças a Deus, não estou à rasca, mal de mim se chegasse aos 50 anos e estivesse 'à rasca'... mas há muita gente que chegou aos 50 anos que está 'à rasca', não tem emprego, não tem sustentabilidade familiar, não tem sustentabilidade de afirmação, das necessidades alimentares, afectivas... significa que Portugal teve e tem todas as condições, ao longo de 900 séculos de existência, para ultrapassar crises. Ultrapassar esta crise. Vai ultrapassá-la por certo, não vamos ficar extintos com ela, o problema é que neste momento temos uma situação muito séria para resolver. Essa situação de âmbito democrático que é preciso resolver. O problema dos partidos políticos está na génese de todo este mal-estar. Repare: quando um politico é escolhido para a AR, sem lutar por um projecto dentro do próprio partido, é escolhido pela via do tráfego de influência. Se é escolhido por esta via, vai exercer magistério pela mesma via... porque ele não aprendeu outra... não aprendeu a fazer um 'projecto' para o seu

padaria pastelaria soares dos reis

de irmãos castro ribeiro, lda.

r. soares dos reis, 209
4400-315 vn gaia
t. 223 752 666

fabrico próprio
pão quente
confeitaria
pastelaria
cafetaria



COFRES POR MEDIDA
REPARAÇÃO
ABERTURA
PORTAS FORTES POR MEDIDA

Rua do Pinheiro 175, 4410-037 SERZEDO VNG
Telf./Fax. 227 620 296 * Telem. 913 247 669
www.cofresjorgelopes.com * email: cofresjorgelopes@iol.pt

Centro de Diagnóstico Médico
Dr. Lúcio Coelho



Radiologia Digital | Mamografia Digital | Ecografia
Desintometria Óssea | Ecocardiografia | ECG

Av. da República, 831
4430-201 V. N. Gaia
Telefone 223 752 764 / 223 751 206
Fax 223 744 510
cdm.luciocoelho@net.novis.pt

espaço de eleição, para o seu distrito, para a sua cidade porque não teve de combater, tudo lhe foi facilitado através dos conselhos nacionais dos partidos que o nomearam não se sabe muito bem porquê! Bom, nós sabemos porquê! Porque houve influência. Mas ele não lutou absolutamente nada.

"O povo português está cansado e a resposta desse cansaço foi a manifestação dos 'à rasca', que se deu há dias. Pode ser que, de facto, isto seja o movimento catalisador para a mudança."

Parece-lhe razoável a antecipação de eleições Legislativas?

As eleições antecipadas já deviam ter surgido antes mesmo destas que deram a vitória ao Governo actual. Está mais que visto que as promessas do primeiro mandato do governo Sócrates não foram cumpridas. Como é que o povo o escolheu? Entre a dúvida e a não dúvida, vamos continuar com a dúvida... dar-lhe o benefício da dúvida! Significa que, se calhar ele até está todo contente - e ele já disse ontem que se ia recandidatar -, porque ele pensa que o povo português vai continuar na dúvida. O povo português está cansado e a resposta desse cansaço foi a manifestação dos 'à rasca', que se deu há dias. Pode ser que, de facto, isto seja o movimento catalisador para a mudança.

As Pequenas e Médias Empresas (PME) sustentam a economia. As nossas empresas também estão 'à rasca'?

Também deviam fazer parte dessa manifestação. Temos em Portugal 267 mil PME. 80% delas não tem condições de acesso ao crédito. Quer dizer que não tem capacidade de endividamento. Vivem para pagar salários e para pagar impostos, nunca para crescer. E, dessas 80%, posso garantir-lhe cerca de 40% já não pagaram subsídio de Natal, não vão pagar subsídio de férias e têm três meses de remunerações em atraso. Se quer uma sociedade mais 'à rasca', venha ter com as PME' mas não com aquelas que de facto fazem parte do aparelho do Estado. Essas - que são meia dúzia delas - estão muito bem porque o Estado para 'obter' o voto das PME (que não são PME, são grandes empresários), naturalmente, que esses estão muito bem. Mas não representam absolutamente nada do tecido empresarial PME.

Qual é o sector empresarial que mais o preocupa?

A construção civil. A construção civil é o motor de desenvolvimento económico de qualquer país, mas, neste momento, mercê da crise subprime de 2008, o que aconteceu foi que a crise apareceu, o sr. ministro Teixeira dos Santos desmazelou-se bastante relativamente a



"Eu tenho conhecimento que há políticos cujos pais estão a pagar 10 euros por mês estão a viver em palácios... não estão interessados em mudar a lei."

Então defende o quê?

Defendo que deve haver liberalização do arrendamento urbano, designadamente, que permita ao senhorio recuperar o capital investido e em simultâneo reabilitar os imóveis para que os CH sejam locais de passeio, de passagem de muita gente que quer conhecer a história e que não conhece. Por exemplo, no caso do Porto, o Porto está a ser reabilitado por uma sociedade criada para o efeito, que é remunerada com os nossos impostos. Os nossos impostos não podem dar para tudo. Há pouco falei que temos 267 mil PME, 80% delas sem condições de acesso ao crédito, e posso-lhe garantir que o sector mais penalizado é o da construção civil. O pequeno empreiteiro, o pequeno canalizador, o pequeno electricista, o pequeno trolha não tem trabalho neste momento. O que quer dizer que se não tem, não pode empregar. E por que é que não tem? Porque os proprietários não recuperam os imóveis, porque não têm dinheiro para tal. Também são pobres. Algo vai ter de ser mudado. Pergunta-me: mas por que é que isso não é mudado? Quem muda fica sempre prejudicado com a mudança... quem muda são os políticos! Eu tenho conhecimento que há políticos cujos pais estão a pagar dez euros por mês e estão a viver em palácios... não estão interessados em mudar a lei. Eles têm de decidir em causa própria, não são independentes.



Since 1933

- * Sementes de hortaliças * Flores e pastos
- * Sementes híbridas para culturas em estufas
- * Relvas especiais para parques desportivos
- * Máquinas de cortar relva * Aspersores de rega
- * Utensílios para jardinagem * Jovens plantas

A Sementeira

Rua Mousinho da Silveira, 178
4050-416 Porto - Portugal
Telf: +351 222 073 357
Fax: +351 222 073 359

www.asementeira.pt

Loja e Armazém

Rua Pedrinhas Brancas, 555
Grades Verdes
4405-118 ARCOZELO
Telf. 227 532 520
Fax. 227 532 521

FATITA E PEIXOTO

RESTAURANTE * SNACK-BAR



Pratos Económicos
DIARIAMENTE



Rua da Fonte, 485 | Telefone: 227 620 369 | 4405-465 SERZEDO VNG

Proclima

Indústria de Produtos de Alumínio Lda.



JANELAS BETA®
ACESSÓRIOS CAIXILHARIA / ALUMINIO
PEÇAS TÉCNICAS PARA INDÚSTRIA

Rua Norton de Matos - Gulpilhares Apartado 55 Valadares
4406-901 Vila Nova de Gaia Telef. 227 536 110 Fax 227 536 116
www.proclima.pt - email: proclima@proclima.pt

É a favor da regionalização?

O que acho é que a regionalização está feita. Nós assentamos basicamente - temos um país especializado - no municipalismo. É uma cultura. Agora é assim em cada distrito, existe um governador civil, com todas as estruturas já montadas...

Que não funcionam...

Mas é muito simples. Por que razão é que os governadores civis não passam a ser - porque senão temos outras despesas - eleitos pelo povo e ao mesmo tempo com responsabilidades mais adequadas ao desempenho das suas funções. Mas as estruturas estão montadas. Por que razão criar novas estruturas para a empregabilidade política. Sabe quantos políticos existem em Portugal? 135 mil... não é possível aguentar o país com tanta despesa política. Há-de reparar que a taxa de desemprego em Portugal - que está falaciada -, que neste momento é de 15%, temos um milhão de desempregados considerando a população de desemprego voluntário e involuntário, juntando aqueles que estão a fazer estágio profissional e que estão a fazer formação profissional apoiada (esses indivíduos não estão empregados). Mas, nós não temos possibilidade de aguentar um país com estes custos. 345 fundações de mão pública, fundações criadas pelo Estado. Quando o Estado cria uma fundação, cria também empregos políticos, que não são baratos!

Mais uma vez...

Mais uma vez! Nós temos aqui no Porto alguns exemplos, nomeadamente, a Casa da Música, a Fundação da Juventude, a Fundação de Serralves... Para além destas 345 fundações de mão pública ainda temos 455 institutos públicos, 700 empresas municipais e temos mil sociedades empresariais do Estado que não dão lucro nenhum, das quais 43 são grandes empresas. Se considerarmos que temos uma população activa de 5,2 milhões de pessoas, com um milhão de desempregados, um milhão de trabalhadores públicos (contando os políticos) e depois temos 2,5 milhões de pobres... consideramos pobre todo aquele que recebe até 60% do salário médio nacional (o salário médio nacional são 700 euros)... nós temos 2,5 milhões de pobres em Portugal. Como é que podemos descolar com a curva da procura com este cenário? Não é preciso ser um contabilista para o perceber. Basta analisar... isto é um país de curta duração. Não é possível. Estamos a viver acima das nossas possibilidades e estamos a endividar-nos 2,5 milhões de euros por hora. E por isso todos os dias o Governo faz uma ginástica tremenda para vender títulos de dívida pública. Quando a variável desce ou sobe ficamos todos contentes porque colocamos o juro mais baixo um por cento em relação à semana passada. Isto é um autêntico disparate. Só de loucos. Os políticos que neste momento temos em Portugal, nomeadamente no Governo, são loucos. Não falam a verdade aos

Taxa Zero para a Inovação incentiva crescimento e competitividade das PMEs

O Conselho de Ministros de 10 de Março aprovou um Decreto-Lei que cria a Taxa Zero para a Inovação, com o objectivo de reduzir os custos de contexto e encargos administrativos para as Pequenas e Médias Empresas inovadoras ou empresas de jovens empreendedores que invistam em investigação e desenvolvimento, no quadro do Simplex e da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego. As empresas que tenham realizado despesas de investigação e desenvolvimento, mantido ou aumentado o quadro de pessoal e aumentado o volume negócio em 5% ou mais, nos três anos anteriores, ficam isentas do pagamento de taxas ou emolumentos que seriam devidos por actos praticados por serviços da Administração Central do Estado, directa e indirecta. A verificação das condições para beneficiar desta isenção é feita anualmente e anotada, de forma automática e electrónica, na certidão do registo comercial da sociedade, de acordo com a informação constante na base de dados da Informação Empresarial Simplificada (IES).

portugueses.

"Quando obriga uma empresa a entregar - estou a falar do Estado, Finanças - um imposto que o empresário ainda não recebeu - designadamente o IVA - está a cometer um dolo! Está a cometer burla!"

Uma das questões que preocupa muito as PME diz respeito ao pagamento do IVA ao Estado antes mesmo da liquidação da factura. Este não é um ponto que o Estado deveria considerar?

O próprio Estado comete aí um crime de burla! Não é legal! É um crime de burla. Ainda ninguém levantou a questão ao sr. PGR... muito embora o sr. PGR não deve desconhecer esse processo, mas... é assim, se o Estado arrecada receitas ilegais, sabe que são ilegais, utiliza o dolo. E o dolo é punido por lei! Quando obriga uma empresa a entregar - estou a falar do Estado, Finanças - um imposto que o empresário ainda não recebeu - designadamente o IVA - está a cometer um dolo! Está a cometer burla! Mais está a fazer um processo de desenvolvimento coactivo porque obriga as empresas a pagarem um imposto que ainda não receberam. Nós defendemos que o IVA deve ser pago com a cobrança da factura, pago de imediato. A empresa não pode de maneira alguma financiar-se através do IVA. O IVA é um imposto que se recebe e que se tem de entregar ou no dia seguinte ou dois dias depois da empresa o receber. Actualmente as PME têm 40% da facturação em crédito mal parado. Quando um empresário entrega ao Estado um imposto que ainda não recebeu, está a fazer um

adiantamento, significa que o Estado, a dada a altura, é devedor à empresa. Quando é que devolve o imposto? Tarde e a más horas e sem juros. Todavia, quando a empresa deve um imposto ao Estado, tem de pagar com juros e à taxa máxima.

Foi aprovada recentemente a Lei da Taxa Zero para a Inovação. O que pensa desta medida?

Primeiro, o Estado tem de dizer o que é Inovação. Julgo que o Estado tem desenvolvido a palavra Inovação nos impostos. Agora, nas empresas... as empresas não podem, neste momento, inovar porque não têm dinheiro. Como lhe disse, 80% das

nossas PME não têm acesso ao crédito, estão sem capacidade de endividamento. Como é que elas podem inovar o processo produtivo, se não têm dinheiro para tal? Mais: não há incentivos do Estado - incentivos zero - para as empresas inovarem. Sem que o Estado diga o que é Inovação, e o que quer dizer com Inovação, não podemos implementar um modelo para que depois o IAPMEI e o Instituto do Turismo e outra gente assim que dominam e fazem a gestão dos fundos não digam que não é inovação. Têm de dizer o que é Inovação. E depois têm de perceber que estamos numa época de crise e que as empresas que devem ao Estado, designadamente ao Fisco e à Segurança Social, não estão em condições de inovar. Como são a maioria, há que se flexibilizar e fazer um programa de combate à dívida, das empresas ao Estado, no sentido de harmonizar todo este procedimento. Por muito menos razão, o professor Augusto Mateus desenvolveu o chamado Plano Mateus, na altura, e que beneficiou imensas, imensas empresas e evitou a falência de muitas delas, na altura.

Essa seria uma potencial solução?

Seria uma das soluções! Evitar que as empresas fossem à insolvência, ou ao encerramento se, por ventura, houvesse mais flexibilidade por parte do Estado para cobrar impostos e ao mesmo tempo sustentabilizar o emprego.

O professor Cavaco Silva, na tomada de posse, referiu que "é crucial aprofundar o potencial competitivo de sectores como a floresta, o mar, a cultura e o lazer, as indústrias criativas, o turismo



Rua Costa Couto 13, 4415-203 CARVALHOS
Telf. 227 822 240 / 227 634 740 - Fax. 227 822 240
Tlm. 917 257 623 - Email: funermartinho@gmail.com



FARMÁCIA MARQUES

PROPRIETÁRIA E DIRECTORA TÉCNICA:
Dr.ª Margarida de Oliveira Marques do Vale

* Dermofarmácia e cosmética * Higiene Oral *
Puericultura e alimentação infantil * Pesagem de
bebés e adultos * Produtos Naturais * Veterinária *
Mediação de Tensão Arterial * Glicose, colesterol total,
HDL e LDL, triglicérideos, ácido úrico, ureia,
hemoglobina, hematócrito, eritrócitos, PSA (próstata) *

R. Escultor Alves Sousa, 383
(frente cemitério Vilar Andorinho)
4430-393 VILAR ANDORINHO
Tels: 227 822 836 / 7
Fax: 22 7877963
farmamarques@netcabo.pt

HORÁRIO

2ª a 6ª Feira - 8:00 às 20:00
Sábados - 9:00 às 18:00
Não encerra à hora
do almoço

e a agricultura, de onde temos vantagens naturais".
Concorda?

Concordo! São as teorias de Ricardo [economista] que aponta justamente para as vantagens comparativas. Nós temos vantagens comparativas como qualquer outro país tem. O grande problema que nós temos em relação a essas vantagens enumeradas pelo professor Cavaco Silva é que não temos dinheiro para inovar, não temos dinheiro para investir. Eu pergunto: será que é de facto positivo investir em tempos de crise? Temos de ter muito cuidado ao investir em tempo de crise, porque podemos colocar as poucas empresas que ainda sobrevivem naquele rol de empresas que estão 'à rasca', que estão em dificuldade. Significa que a empresa hoje, em Portugal, tem de se nutrir pura e simplesmente para o seu quotidiano e manter as suas necessidades fisiológicas satisfeitas.

Assusta-o a entrada do FMI em Portugal?

Não, não me assusta nada, pelo contrário! Acho que já lá devíamos estar. Naturalmente, quando o FMI entra, impõe condições. Ou seja, empresta dinheiro, alivia as contas públicas com a entrada de mais dinheiro. O que espero é que o FMI ao entrar em Portugal - e nós ao recorrermos ao Fundo de Estabilidade Financeira da União Europeia - que esse dinheiro que vai entrar em Portugal por consequência (mas que vamos ter de devolver) não tenha o mesmo fim dos recursos que vieram da EU, entre 2000 e 2006, que foram 50 bilhões de euros, e que não houve resultados! Porquê? Por causa da 'alimentação' política. O grande problema em Portugal é sempre o mesmo! As instituições políticas, ou aquelas que foram criadas pelos políticos e depois são geridas por eles estão a condicionar o crescimento do emprego em Portugal. O FMI não assusta, bem pelo contrário, que venha depressa! Agora, que o dinheiro que o FMI vai injectar em Portugal, tenha resultados, sem grande sacrifício para o povo! Havia uma forma de nós não entrarmos no FMI...

Que é?

Acabar com as fundações de mão pública, por exemplo. Para quê tantas fundações? 345 fundações de mão pública... não acha fundações a mais? E é que cada fundação tem uma dotação de 100 ou 200 milhões de euros! 345... para quê? Para empregabilidade política? Acabem lá com isso... nós não aguentamos isso! Depois temos tantos institutos públicos, para quê? O IAPMEI o que é que faz? O Instituto do Turismo o que é que faz? Rigorosamente nada... Falou-me das vantagens comparativas, uma das vantagens comparativas que temos é o sol, a praia... O que é que o Instituto do Turismo tem feito? Tem limpo as praias? As praias só meia dúzia delas é que tem Bandeira Azul, o resto é uma porcaria! Temos uma costa riquíssima!

"O código contributivo é mais uma medida

de austeridade, é mais uma machadada para inviabilizar o crescimento do emprego através da criação de novas empresas e de sustentar as existentes."

E que está por explorar...

E que está inexplorada... até em termos de pescas! Repare, nós importamos pescado! A maior empresa do país de pesca foi subsidiada com subsídios públicos e é uma empresa espanhola, a Pescanova. Quer dizer, nós temos que reflectir claramente o que é que estes políticos estão a fazer. Porquê? Porque, se calhar, aí vemos facilmente uma razão para mudarmos tudo. Isto tem de ser mudado! Acabem com a quarta república! Por exemplo: o chamado código contributivo que entrou em vigor agora no dia 1 de Janeiro... o código contributivo

é mais uma medida de austeridade, é mais uma machadada para inviabilizar o crescimento do emprego através da criação de novas empresas e de sustentar as existentes. Sempre, sempre em cima dos mesmos. Aquelas instituições com quem o Estado partilha a concertação social, essas não têm qualquer problema. São grandes empresas que não são penalizadas com o código contributivo. Os pequenos e médios empresários são. O pequeno canalizador é! O pequeno trola é! O pequeno electricista é! E depois é assim: os jovens saem das universidades e não têm emprego. O que é que fazem? Ficam 'à rasca', fazem manifestações ou vão para o estrangeiro. O que é que acontece? Temos a população envelhecer, envelhecer, envelhecer...

Tânia Tavares

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS PME

A ANPME é uma associação patronal de direito privado, registada no Ministério do Trabalho e da Solidariedade, sob o nº 111/2000, fls 41 do Livro nº 1, que conta actualmente com mais de 9800 associados.

A sua actuação estende-se a todo o País, através da sede em Lisboa, gabinete técnico no Porto e diversas secções instaladas nas principais cidades.

A ANPME - Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas existe para "representar e defender os interesses de todos os pequenos e médios empresários" (Artigo 1º dos Estatutos da ANPME), procurando, através da sua intervenção, contribuir para o sucesso e sustentabilidade daqueles num mercado cada vez mais global e complexo.

Reconhecendo o papel das PME no tecido empresarial português, quer pelo seu contributo para o crescimento e valorização das economias em que estão envolvidas, quer pela sua capacidade de criação de emprego, mas também as suas debilidades e carências, a ANPME assume uma postura de apoio permanente a estes empresários, assumindo-se assim como um Parceiro de negócios.

A sua actuação pauta-se por princípios de ética e integridade, igualdade de oportunidades e respeito pela diferença e procura imprimir ao trabalho executado Flexibilidade, Qualidade, Criatividade, Inovação e Rigor.

A ANPME é membro da Confederação Europeia das PME e tem assim por missão dotar os profissionais e as pequenas e médias

empresas dos melhores equipamentos e soluções, assessorando os empresários em todas as áreas de negócio.

A ANPME reúne um Equipa Técnica prestigiado que acompanha os empresários em todos os momentos do seu negócio, desde a pesquisa de mercado, o apoio financeiro, a criação, o desenvolvimento e a capacidade competitiva para permanecer com sucesso no mercado.

A ANPME tem uma estrutura simples e eficaz, composta por uma direcção com três elementos, tendo como objectivo social a representação e defesa de todas as pequenas e médias empresas.

Para cumprir esse objectivo tem vindo a elaborar e difundir estudos relativos às empresas em geral e em especial aos seus Associados e a colaborar com as organizações nacionais e internacionais cujos objectivos são conforme aos seus.

São órgãos da ANPME a Direcção, a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal que, de quatro em quatro anos, são eleitos para a sua gestão.

Regulamento foi elaborado tendo em vista disciplinar de forma ágil e eficaz o relacionamento entre os Órgãos da ANPME e seus técnicos com os seus Associados.

Sede - Lisboa | Rua das Amoreiras, 23 1250 - 021 Lisboa | Tel. 213 867 597

Porto - Largo dos Lóios, nº 80 | 4050 - 338 Porto | Tel. 223 390 261/5 | Fax. 223 390 271

Email: geral@anpme.pt | www.anpmes.org



Comercialização de Sucatas Ferrosas e não Ferrosas Serviço ao domicílio

Travessa das Pereiras do Cadavão, 180
4410-805 Vilar do Paraíso
VILA NOVA DE GAIA
Telef. / Fax: 227 111 112



Duartes - Pirotecnia

/ Festivais Pirotécnicos / Fogos de Artificio p/ Festas / Romarias e Casamentos

Vila Chã - Lugar do Cume
5100-693 Penajóia - Lamego
Tel. 254 969 637
Fax. 254 969 044
Telm. 917 621 674

Resid.: Praceta Belavista, 57 - 3.º Dto
4400-216 Vila Nova de Gaia
Tel. 227 814 007
Fax: 227 722 056
email: duartepirotecnia@gmail.com

www.duartepirotecnia.com